
Dignificar os jornalistas

Proteger o jornalismo

Eleições para a CCPJ — 3, 4 e 5 de dezembro

A LISTA A

defende que a Comissão da Carteira deve assumir um papel essencial na credibilização e dignificação dos jornalistas e com isso proteger o próprio jornalismo como atividade essencial à democracia.

A outra lista concorrente, contra cujos candidatos nada nos move, é uma lista que só tem candidatos de um único grupo de comunicação social – a Cofina, além de ser constituída apenas por homens.

Está em causa a credibilidade e a dignidade da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista que é composta por quatro jornalistas eleitos pelos pares e outros quatro designados pelas associações empresariais do sector.

Se as empresas têm o direito a designar, entre si, representantes para a CCPJ, o que leva os jornalistas de um único grupo empresarial a quererem ocupar lugares entre os eleitos? Acabar com o regulamento disciplinar da CCPJ? Contribuir para a instrumentalização da Comissão da Carteira? Ser uma força de orientação do jornalismo?

VOTA LISTA A

A LISTA A teve a preocupação de incluir jornalistas de diferentes empresas nacionais e regionais, com diversas situações profissionais que incluem o trabalho precário. Teve também a preocupação de respeitar a paridade de género.

A LISTA A propõe-se

Impedir a instrumentalização da CCPJ, resistir a tentativas de intromissão que ponham em causa a sua independência e reforçar a dignidade deste organismo independente de direito público.

Criar condições para que seja possível eleger um jornalista para a presidência da CCPJ.

Trabalhar para uma maior rapidez na tomada de decisões e nos esclarecimentos, devidos à sociedade, sobre processos de infração ao Estatuto do Jornalista.

Contribuir para a revisão das leis que regulam a atividade jornalística, de forma a evitar todas as ambiguidades que bloqueiam a ação da CCPJ, como, por exemplo:

- Casos em que a ERC colide com a ação da CCPJ em matérias de regulação do jornalismo.
- Impedimentos legais à divulgação das sentenças até trânsito em julgado, que contribuem para a imagem de falta de transparência da CCPJ.

Efetivos: Jacinto Godinho – C.P. 772A; Marina Pimentel – C.P. 492A; Anabela Natário – C.P. 326A; Ana Isabel Costa – C.P. 1177A. **Suplentes:** Manuela Goucha Soares – C.P. 529A; Miguel Santos – C.P. 4567A; Ana Baião – C.P. 730A; António Marujo – C.P. 736A.

A LISTA A propõe-se ainda

Dar continuidade ao projeto promovido pelos jornalistas eleitos no mandato anterior (pela **LISTA A**), em parceria com as Universidades, para resolver os problemas dos estágios curriculares; estes estagiários trabalham sem remuneração e sem qualquer proteção consagrada no Estatuto de Jornalista em conceituadas empresas de comunicação – uma situação indigna, ilegal e inconcebível.

Criar meios que reforcem a eficácia da CCPJ na deteção e análise das incompatibilidades, dos pseudojornalistas, da propaganda e reportagens pagas disfarçadas de jornalismo, dos deslizes publicitários que abundam nas páginas de jornalistas nas redes sociais, e das infrações aos deveres profissionais.

Diversificar a atividade da CCPJ em todo o país, aproximando-a dos jornalistas.

Para tornar mais eficaz a nossa proposta, defendemos a criação de um Conselho de Concertação para o Jornalismo que englobe, além da CCPJ, as associações do sector e a ERC, de modo a se possam propor alterações legislativas relativas à profissão e discutir o financiamento, a composição da CCPJ e o custo do título profissional.